



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 757/2020/KAPPA/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0015.287573/2020-21/IDARON/RO

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de consumo - limpeza, para atender as necessidades da Agência IDARON.

TERMO DE ANÁLISE DE JULGAMENTO DE RECURSO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através da Pregoeira designada para a Equipe de Licitação - KAPPA, por meio da Portaria nº **131 publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia, edição do dia 05 de novembro de 2020**, em atenção às manifestações de INTENÇÃO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa **I S B COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI**, de modo tempestivo e por meio do sistema comprasnet, referente ao Pregão Eletrônico nº 757/2020/KAPPA/SUPEL-RO, passa a analisar e decidir, o que adiante segue:

I – DA ADMISSIBILIDADE

A empresa **I S B COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI, CNPJ 04.935.430/0001-56**, manifestou sua intenção recursal em momento oportuno, contra a desclassificação da mesma ocorrida neste Pregão Eletrônico.

Desta feita, está Pregoeira, à luz do artigo 4º, incisos XVIII da Lei Federal nº 10.520/2002 c/c artigo 26 do Decreto Estadual nº 12.205/2006, portanto, recebe as manifestações de recurso, sendo considerado TEMPESTIVO E POR MEIO ADEQUADO, conforme preconiza a Lei, como passaremos a apresentar:

LEI FEDERAL Nº 10.520/2002:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras: [...]

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos; (grifo nosso)

DECRETO ESTADUAL Nº 12.205/2006 (REGULAMENTA O PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA):

Art. 26. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, **durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer**, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. (Grifo nosso).

As manifestações de intenção de recurso pelos evidenciados, no caso de Pregão Eletrônico, se deu exclusivamente através do campo próprio do Sistema Comprasnet, atendido, portanto, quanto ao aspecto formal da petição inicial, em que a pregoeira oportunizou ao licitante, direito ao recurso administrativo, comprovado assim, a tempestividade das manifestações.

II - DAS RAZÕES DO RECURSO:

1. I S B COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI.

Apresentamos, em síntese, a intenção e o recurso administrativo da referida recorrida:

INTENÇÃO DE RECURSO:	
	Registramos nossa intenção de recurso onde provaremos que estamos APTOS a contratar com a administração pública.

Recurso

Não houve.

III – DAS CONTRARRAZÕES

Não houve.

IV – DO MÉRITO:

Pois bem, o pregão eletrônico, é um procedimento onde aplicam-se as normas gerais estabelecidas na Lei nº 10.520/2002 e especificamente a disposições do Decreto nº 12.205, de 30.05.2006, no qual o acesso aos atos convocatório, registros de propostas, lances, e recursos administrativos se processa exclusivamente por meio eletrônico utilizando-se os recursos da tecnologia da informação, que possui como principal ferramenta a rede mundial de computadores. Neste caso, pelo sistema COMPRASNET.

Antes de adentrarmos no julgamento recursal, ressaltamos alguns pontos que versa sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da **legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos e, não menos relevantes, os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do formalismo e qualquer alegação contrária não passam de sofismas, lançados com o objetivo apenas de tumultuar o Certame licitatório, o que deve ser rechaçado.**

Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais já coordenados por esta SUPEL.

As análises proferidas neste certame foram realizadas com absoluta imparcialidade, objetivo e legalidade, mediante as informações nos documentos apresentados e anexados aos autos, resguardando a Comissão, bem como a Administração, de quaisquer falhas na condução deste, o qual tem a participação ativa e constante dos Órgãos fiscalizadores, tais como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público.

Cumpre-nos ressaltar ainda que, a lei conferiu à Administração, na fase interna do procedimento, a prerrogativa de fixação das condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório, seguindo critérios de conveniência e oportunidade de acordo com o objeto a ser licitado e sempre balizado pelo interesse público e normas cogentes.

Do mesmo modo, é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, restem feridos os direitos dos demais licitantes, de acordo com os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

Dito isso, após criteriosa análise da intenção de recurso interposto pela recorrente passamos ao Julgamento.

V - DA NÃO APRESENTAÇÃO DO RECURSO:

Mesmo manifestado a intenção de recurso, conforme os artigos da Lei e Decreto, acima citados, necessário se faz a impetração da peça recursal, a qual deverá ser apresentada as razões e justificativas sobre os fatos que motivaram a inabilitação do licitante.

Neste diapasão, resta o atendimento complementar do Art. 4º, inciso XVIII da Lei 10.520/2002, vez que aberto o prazo, as razões não foram apresentadas.

A norma exige, portanto, o cumprimento de dois requisitos: o prazo, imediato, (atendido); a apresentação da motivação (não atendido).

Diante do que prega, não basta, declarar o interesse em recorrer; é indispensável que o licitante indique expressamente o motivo, a razão do seu inconformismo; o erro ou a ilegalidade que o pregoeiro ou a equipe de apoio cometeu, através do recurso administrativo.

Entretanto, pelo direito de petição, acostados aos fatos da manifestação da intenção de recurso, recorremos aos ensinamentos do maestro das licitações, *Jacoby Fernandes*, que traz:

“Nessa hipótese o direito de recorrer não decaiu. Ao apresentar a motivação na sessão, o recorrente externou o seu inconformismo. Deve o pregoeiro, mesmo que no prazo legal não sejam juntadas as razões, examinar a questão e decidir fundamentalmente (grifo nosso).”

Por esta razão e como discricionariedade da administração, em conceder a revisão do quadro, se ao se manifestar, a licitante, demonstrou indícios ou informações relevantes, passaremos a reconhecer a manifestação como recurso impetrado e julgamos as alegações, como segue:

VI – DAS MANIFESTAÇÕES:

Aduz a empresa **I S B COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO EIRELI**, em suas “MANIFESTAÇÕES”, que sua intenção de recurso, é que: “...provaremos que estamos APTOS a contratar com a administração pública.”

Vale ressaltar, que a intenção apresentada afirmando seu inconformismo com a sua inabilitação/desclassificação no referido certame não devem prosperar, vez que a mesma fora inabilitada pelo não atendimento ao disposto no item 5.4.5 do edital, que traz:

“5.4.5. Empresa punida com suspensão temporária (art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93) do direito de licitar e contratar com a Administração Pública (Federal, Estadual e Municipal), durante o prazo de sanção; (grifo nosso).”

Ressaltar-se que, a referida empresa foi desclassificada após consulta junto ao Sistema de Cadastramentos Unificado de Fornecedores – SICAF, onde constatamos que a **I S B COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI**, encontrava-se com Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato. Prazo de suspensão até 14/12/2022.

VII – DA DECISÃO

Desta feita, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, conforme consulta aos autos e com base na legislação pertinente, opinamos pelo recebimento e não-conhecimento do pedido ora formulado, considerando-se **TEMPESTIVO**, julgando-o totalmente **IMPROCEDENTE**, sustentando a sua decisão exarada em Ata registrada da sessão inicial do referido Pregão, do dia 27 de janeiro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 26 do Decreto 12.205, de 30.05.2006, onde, neste caso, não houve impetração de recurso, a adjudicação dos itens será desde logo realizado por esta Pregoeira. Contudo, este

julgamento será submetido à apreciação e análise do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações, que poderá tecer decisão contrária.

Porto Velho/RO, 05 de fevereiro de 2021.

IZAURA TAUFMANN FERREIRA

Pregoeira KAPPA/SUPEL/RO

Mat. 300094012



Documento assinado eletronicamente por **Izaura Taufmann Ferreira, Pregoeiro(a)**, em 05/02/2021, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0016069331** e o código CRC **6D6E8B01**.

Referência: Caso responda este(a) Termo, indicar expressamente o Processo nº 0015.287573/2020-21

SEI nº 0016069331